

# BALANÇO CONTÁBIL 2022



**SANTA CASA**  
DE PONTA GROSSA



**HOSPITAL DO BEM DESDE 1912**

Diretor Técnico: Dr. Rogério Santos Clemente - CRM-PR: 12841 / RQE: 6934

# A T I V O

<b>CIRCULANTE</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>15.704.297,29</b>	<b>7.263.636,08</b>
Caixa	30.665,82	37.822,76
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	11.795.975,93	4.192.469,53
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição	463.295,49	-
Aplicações Financeiras - Recursos Sem Restrição	2.083.418,82	2.103.860,94
Aplicações Financeiras - Recursos Com Restrição	1.330.892,15	32.972,80
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	49,08	896.510,05
<b>Créditos a Receber</b>	<b>23.659.959,42</b>	<b>25.779.570,44</b>
Creditos de Operações com Plano Assistencia a Saúde	-	221.157,71
Créditos de Operações Não relac.c/Plano Assist.a Saúde	4.599.376,61	2.629.570,62
Convênios a Receber	19.708.338,46	23.639.543,29
(-) Prov. Dev. Duvidosos	(647.755,65)	(710.701,18)
<b>Estoques</b>	<b>2.749.296,07</b>	<b>2.987.676,01</b>
<b>Despesas do Exercício Seguinte</b>	<b>11.000,33</b>	<b>408.942,10</b>
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>42.124.553,11</b>	<b>36.439.824,63</b>
 <b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>4.852.296,77</b>	<b>2.233.674,64</b>
Títulos a Receber	4.784.032,76	2.233.674,64
Investimentos	68.264,01	-
<b>Imobilizado</b>	<b>29.946.839,78</b>	<b>32.330.776,98</b>
Bens Sem Restrição	48.630.244,53	47.070.298,32
Bens Com Restrição	15.195.719,45	15.419.326,14
(-)Depreciação Acumulada	(34.629.919,79)	(30.697.633,69)
Imobilizações em Andamento	750.795,59	538.786,21
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>34.799.136,55</b>	<b>34.564.451,62</b>
 <b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>76.923.689,66</b>	<b>71.004.276,25</b>

# PASSIVO

## CIRCULANTE

**2022****2021**

Provisões Técnicas de Oper.Assist.Médico-Hospitalar	426.958,36	479.886,44
Déb.Oper.Assist.à Saúde Não Relac.c/Planos Saúde Operadora	6.049.268,54	9.425.767,94
Fornecedores Diversos	6.876.066,67	9.390.943,07
Emprést. Bancários e Financiamentos	12.447.028,37	5.635.543,72
Obrigações com Funcionários	4.856.719,14	5.222.765,66
Obrigações Sociais	1.082.928,64	2.661.880,58
Obrigações Tributárias	464.937,11	561.228,63
Outras Obrigações	93.568,47	114.902,67
Recursos de Convênios em Execução	-	32.972,80

**TOTAL DO CIRCULANTE****32.297.475,30****33.525.891,51**

## NÃO CIRCULANTE

Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	548.079,18	372.525,14
Empréstimos e Financiamentos	37.584.355,13	22.661.307,76
Provisão para Contingências	32.675,46	432.722,38
Subvenções a Realizar	9.001.404,74	10.595.664,04

**TOTAL NÃO CIRCULANTE****47.166.514,51****34.062.219,32**

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimonio Social	3.416.165,42	2.900.957,40
Superávit/Déficit Acumulado	-	(5.035.204,30)
Superávit/Déficit do Período	(5.956.465,57)	5.550.412,32

**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****(2.540.300,15)****3.416.165,42****TOTAL PASSIVO+PATRIMÔNIO LÍQUIDO****76.923.689,66****71.004.276,25**

# DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Contraprestações Efetivas de Oper. de Assistência a Saúde</b>	-	<b>59.307.597,96</b>
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	-	59.697.423,26
Variação das Provisões Técnicas	-	(389.825,30)
<b>Eventos/Sinistros Indenizáveis Líquidos</b>	<b>(377.332,13)</b>	<b>46.580.881,99</b>
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	-	54.495.580,60
Recuperação de Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	-	-
Outras Recuperações/Ressarc./Deduções de Eventos/Sinistros	(377.332,13)	(3.715.850,75)
Variação da Provisão de Eventos	-	(4.198.847,86)
<b>Resultado das Operações com Planos Assist á Saude</b>	<b>(377.332,13)</b>	<b>12.726.715,97</b>
<b>Outras Receitas Oper.de Assist. à Saúde Não Relac.c/Pl.de Saúde</b>	<b>131.977.693,04</b>	<b>152.949.045,03</b>
Receitas Operacionais	115.163.561,75	133.814.258,00
Receitas C/Doações	597.617,41	1.915.449,17
Subvenções P/Investimentos	1.656.755,30	1.123.315,67
Subvenções P/Custeio	1.777.786,63	-
Receitas C/Irmãos	6.905,19	20.470,00
Isenções Sociais Usufruídas	12.775.066,76	16.075.552,19
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>131.600.360,91</b>	<b>165.675.761,00</b>
Gratuidades	-	(1.302.589,43)
Deduções, Glosas e Abatimentos	(1.088.683,85)	(702.896,11)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>130.511.677,06</b>	<b>163.670.275,46</b>
Custo dos Serviços Prestados	(106.333.358,06)	(116.460.308,62)
<b>TOTAL DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>24.178.319,00</b>	<b>47.209.966,84</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(14.693.451,53)	(23.718.491,71)
Receitas Financeiras	-	545.003,54
Despesas Financeiras	(4.200.192,21)	(5.370.725,86)
Receitas Eventuais	1.533.925,93	2.960.211,70
Isenções Sociais Usufruídas	(12.775.066,76)	(16.075.552,19)
<b>TOTAL</b>	<b>(30.134.784,57)</b>	<b>(41.659.554,52)</b>
<b>Superávit/Déficit do Período</b>	<b>(5.956.465,57)</b>	<b>5.550.412,32</b>

# DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

<b>1. Fluxos de Caixa das Atividades Operações:</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Déficit/Superávit do Período	(5.956.465,57)	5.550.412,32
<b>Ajustes para Reconciliar o Resultado do Exercício</b>		
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	172.340,09	1.010.623,95
Depreciação/Amortização	4.116.958,98	3.904.081,52
Créditos Operacionais a Receber Plano e Saúde	221.157,71	4.957.544,88
Créditos de Operações Não relac.c/Plano Assist.a Saúde	(1.969.805,99)	(778.298,70)
PCLD	(62.945,53)	(245.164,51)
Créditos a Receber	(2.550.358,12)	(2.233.674,64)
Clientes a Receber	3.931.204,83	(2.151.594,57)
Estoques	238.379,94	(173.046,65)
Despesas do Exercício Seguinte	397.941,77	(379.939,12)
Provisões Técnicas de Oper.Assist.Médico-Hospitalar	(52.928,08)	(13.238.162,62)
Déb.Oper.Assist.à Saúde Não Relac.c/Planos Saúde Operadora	(3.376.499,40)	4.395.583,48
Fornecedores	(2.514.876,40)	680.626,13
Débitos a Pagar	(1.887.070,14)	513.325,60
Provisão para Contingências	(400.046,92)	94.983,18
Subvenções Sociais	(1.627.232,10)	5.661.716,86
<b>(=) Caixa Gerado pelas Operações</b>	<b>(11.320.244,93)</b>	<b>7.569.017,11</b>
<b>2. Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Baixa de Investimentos	(68.264,01)	-
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(1.905.361,87)	(9.295.070,99)
<b>(=) Caixa Gerado pelos Investimentos</b>	<b>(1.973.625,88)</b>	<b>(9.295.070,99)</b>
<b>3. Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Empréstimos de Curto Prazo	6.811.484,65	585.150,72
Empréstimos de Longo Prazo	14.923.047,37	(914.894,68)
<b>(=) Caixa Gerado pelos Financiamentos</b>	<b>21.734.532,02</b>	<b>(329.743,96)</b>
<b>Aumento/Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>8.440.661,21</b>	<b>(2.055.797,84)</b>
Disponibilidades no Início do Exercício	7.263.636,08	9.319.433,92
Disponibilidades no Final do Exercício	15.704.297,29	7.263.636,08

# Demonstração das Mutações do Patrimônio Social em 31/12/2022

contas	Patrimônio Social	Déficit Acumulados	Resultado do Período	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2020	2.900.957,40	(8.264.667,88)	3.229.463,58	(2.134.246,90)
Superávit/Déficit Acumulados	-	3.229.463,58	(3.229.463,58)	-
Superávit do Período	-	-	5.550.412,32	5.550.412,32
Saldo em 31/12/2021	2.900.957,40	(5.035.204,30)	5.550.412,32	3.416.165,42
Superávit/Déficit Acumulados	515.208,02	5.035.204,30	(5.550.412,32)	-
Superávit do Período	-	-	(5.956.465,57)	(5.956.465,57)
Saldo em 31/12/2022	3.416.165,42	-	(5.956.465,57)	(2.540.300,15)

**AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022

### NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, constituída em 08/12/1912, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, em caráter filantrópico e beneficente, que tem por finalidade principal a assistência à saúde. A entidade aplica seus recursos e eventual resultado operacional, integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, bem como, não distribui resultados, dividendos bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma e, não percebem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. Encontra-se registrado no Cartório Privativo de Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob n.º 314 Livro A-1 em 28/11/94, representada atualmente por seu provedor Gessi Jame Moreira, eleito pela Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08/12/2021, tomando posse em 09/02/2022 para o triênio 2022/2025. A Entidade é Certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social CNAS como entidade de fins filantrópicos.

## NOTA 2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**– Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa, depósitos à vista em conta bancária e aplicações financeiras, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata dia até a data do balanço sendo que estas aplicações são realizadas em instituições financeiras de reconhecida solidez.

**b) Contas a receber de clientes**– As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e enviado às Operadoras de Planos de Saúde, aos gestores do SUS e de contas particulares ainda não recebidas.

**c) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD** – Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos e foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, levando-se em consideração a inadimplência ocorrida nos últimos quatro anos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

**d) Estoques** – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico hospitalares, de conservação e consumo, higiene, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço.

**e) Imobilizado** – Os ativos imobilizados são registrados: (a) pelo custo de aquisição ou construção. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como custo ou despesa quando incorrido.

**f) Depreciação do Imobilizado**– A depreciação está calculada sobre os valores de aquisição pelo método linear e de acordo com as taxas estabelecidas na legislação vigente, consideradas adequadas pela administração.

**g) Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. As provisões de férias e encargos foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações envolvendo essas provisões poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas.

**h) Financiamentos e Parcelamentos** Os financiamentos bancários e os parcelamentos de tributos estão apresentados pelo principal acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

**i) Receitas e Despesas**– As receitas e despesas foram reconhecidas de acordo com o regime de competência, exceto as receitas de doações e subvenções que são reconhecidas de acordo com a realização das despesas a elas vinculadas. As receitas da Entidade foram aplicadas integralmente em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Foi reconhecida como receita a isenção tributária e como despesa o valor do benefício tributário referente à cota patronal do INSS e da COFINS, obtido pelo direito de possuir o Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social.

j) **Apuração do resultado** – O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato, valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

k) **Ativo e Passivo Circulante** – Os ativos e passivos de até 360 dias estão demonstrados no circulante.

l) **Obrigações Trabalhistas** – As obrigações trabalhistas, sociais e tributárias foram registradas de acordo com o quadro de funcionários, as provisões e os encargos delas decorrentes, estando os referidos encargos registrados pelo valor histórico.

m) **Contas a Pagar a Fornecedores**– Os valores a pagar à fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e estão sujeitas a juros, e estão incluídos os valores negociados com os fornecedores através de termos de confissão de dívida.

n) **Contas a Pagar de Honorários Médicos** – Os valores a pagar referentes a honorários médicos são obrigações geradas a partir de atendimentos de médicos a pacientes internados e ambulatoriais.

o) **Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC** – Foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/09 e também com a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), sendo utilizado o método de fluxo de caixa indireto.

### NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
<b>CAIXA</b>	30.665,82	37.822,76
<b>BANCOS CONTA MOVIMENTO</b>	12.259.271,42	4.192.469,53
<b>BANCOS CONTA VINCULADAS E APLICAÇÕES</b>	3.414.360,05	3.033.343,79
<b>TOTAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>15.704.297,29</b>	<b>7.263.636,08</b>

### NOTA 4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

Clientes	2022	2021
<b>TOTAL</b>	<b>21.835.007,09</b>	<b>23.639.543,29</b>

## NOTA 5 – ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – EPCLD

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis perdas dos seus recebíveis.

DESCRIÇÃO	2022	2021
(-) Provisão para Devedores	647.755,65	678.756,44

## NOTA 6 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio, e a composição dos estoques é a seguinte:

Descrição	2022	2021
Medicamentos - E	952.839,97	1.291.326,26
Materiais Hospital - E	988.263,80	880.434,34
Materiais de Expediente - E	55.301,97	74.511,80
Materiais de Manutenção e Conservação - E	127.352,54	169.096,37
Nutrição - E	50.049,83	46.944,90
Materiais e Medicamentos CDI - E	199.140,09	65.184,88
Materiais de Limpeza e Higiene - E	32.228,95	102.086,54
Uniformes e Epis - E	21.780,22	74.312,36
Oxigênio - Gases Medicinais - E	21.978,56	74.312,36
Material de Uso e Consumo - E	33.566,88	57.067,47
Materiais de Laboratório - E	216.539,47	144.079,57
Órteses e Próteses - E	50.253,79	27.434,13
Combustíveis e Lubrificantes - E	0,00	15.587,66
Estoque Vale Transporte	0,00	15.587,66
<b>TOTAIS ESTOQUE</b>	<b>2.749.296,07</b>	<b>2.987.676,01</b>



## NOTA 8 – FORNECEDORES

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2022	2021
<b>FORNECEDORES</b>	<b>6.876.066,67</b>	<b>9.390.943,07</b>

## NOTA 9 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2022	2021
<b>IRRF a Recolher Funcionários</b>	<b>213.565,12</b>	<b>220.815,47</b>
<b>IRRF a Recolher Pessoa PF</b>	<b>23.708,90</b>	<b>19.712,78</b>
<b>IRRF a Recolher Pessoa PJ</b>	<b>48.019,74</b>	<b>79.410,34</b>
<b>CSSLL/PIS/COFINS a</b>	<b>179.643,35</b>	<b>221.319,93</b>
<b>TOTAL OBRIGAÇÕES FISCAIS</b>	<b>464.937,11</b>	<b>561.228,63</b>

## NOTA 10 – DÉBITOS COM FUNCIONÁRIOS

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2022	2021
<b>Bolsistas e Estagiários</b>	<b>4.931,04</b>	<b>4.165,92</b>
<b>Ordenados e Salários</b>	<b>1.514.998,25</b>	<b>1.753.482,00</b>
<b>Provisão de Férias</b>	<b>3.150.899,39</b>	<b>3.240.221,30</b>
<b>Sindicatos a recolher</b>	<b>21.742,47</b>	<b>29.947,04</b>
<b>Pensão Alimentícia</b>	<b>3.203,08</b>	<b>2.071,95</b>
<b>Cantina Desconto</b>	<b>27.270,93</b>	<b>28.434,13</b>
<b>Santander - Empréstimo Funcionários</b>	<b>98.657,17</b>	<b>89.155,51</b>
<b>Bradesco - Empréstimo Funcionários</b>	<b>22.237,07</b>	<b>22.256,47</b>
<b>CCLA Associados do Vale do Canoinhas (Sicoob)</b>	<b>6.444,22</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.850.383,62</b>	<b>5.169.734,32</b>

## NOTA 11 – EMPRESTIMOS

BANCO	Nº PARC	JUROS	2022	2021
CAIXA	36	0,69%am	3.067.614,02	0,00
CAIXA	60	0,62%am	5.854.654,92	0,00
CAIXA	120	0,62%am	14.726.000,00	0,00
BRDE	96	2,5%AA+TJLP	92.158,21	645.107,44
BRADESCO	33	0,76%am	779.463,72	1.298.705,39
BRADESCO	36	0,79%am	403.925,19	733.275,73
BRADESCO	75	0,79%am	7.372.853,01	8.853.276,08
SANTANDER	72	0,87%am	8.949.041,38	11.356.755,21
FOMENTO	68	4,5%aa	1.429.633,39	1.429.633,39
UNIPRIME	114	0,50%am	3.726.391,08	3.980.098,24
BANCO BRASIL	Cheque Especial	15,48%am	490.000,00	0,00
SICREDI	Cheque Especial	0,50%am	1.499.999,99	0,00
SICREDI	Cheque Especial	0,50%am	499.999,99	0,00
SICOOB	Cheque Especial	1,50%am	1.139.648,60	0,00

## NOTA 12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade responde a algumas reclamações trabalhistas e ações judiciais cíveis. Com base na opinião de sua assessoria jurídica, fundamentada nas circunstâncias específicas de cada ação ou impugnação, a entidade, se valendo do que dispõe a NBC TG 25, aprovada pela resolução CFC nº 1.180/2009, foram constituídas as devidas provisões civil e trabalhistas. Ainda de acordo com a mesma opinião, as causas avaliadas com possíveis perdas, foram estimadas no valor de R\$ 11.384.731,39

DESCRIÇÃO	2022	2021
Provisões para Ações Cíveis	32.675,46	404.411,81
Provisão para Contingências Trabalhistas	0,00	28.310,57
<b>TOTAL</b>	<b>32.675,46</b>	<b>432.722,38</b>

## NOTA 13 – ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.

Conforme o artigo 29 da Lei 12.101/09 Entidade Beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91:

CONTRIBUIÇÕES	2022	2021
20% s/ folha e autônomos	6.467.242,44	7.039.570,56
2% RAT/SAT	953.138,50	673.893,91
5,8% Terceiros	1.771.903,98	1.890.214,09
Contribuição da Seguridade Social (COFINS)	3.582.781,83	5.981.194,26
Contribuição (CSLL) sobre lucro	0,00	490.679,38
<b>TOTAL</b>	<b>12.775.066,75</b>	<b>16.075.552,20</b>

## NOTA 14 - OFERTA DOS SERVIÇOS PARA O ANO DE 2022

No ano de 2022 foram ofertados ao SUS Sistema Único de Saúde, o total de 168 leitos, pertencentes ao Hospital. Durante o exercício de 2022, a quantidade de internações prestadas através do convênio corresponde em média a 70,21% de paciente dia e a quantidade de procedimentos prestados corresponde em média 86,21% de atendimentos a pacientes, conforme demonstra quadro abaixo: Os atendimentos dos meses de novembro a dezembro de 2022 foram pegos do sistema próprio da Instituição, já que no Ministério da Saúde só estava atualizado até o mês de outubro de 2022.

	2022		2021	
	Quant.	%	Quant.	%
<b>Pacientes/Dia</b>				
Nro. Pacientes/Dia SUS	33.661		28.135	
Nro. Pacientes/Dia Não SUS	14.285		14.012	
<b>Total Pacientes/Dia</b>	<b>47.946</b>	<b>70,21%</b>	<b>42.147</b>	<b>66,75%</b>
<b>Atendimentos Ambulatoriais</b>				
SUS	317.725		243.259	
Não SUS	190.547		201.825	
<b>Total de Atendimentos Ambulatoriais</b>	<b>508.272</b>	<b>62,51%</b>	<b>445.084</b>	<b>66,65</b>
<b>Atenção a:</b>				
I - atenção obstétrica e neonatal;	S	1,50%	S	1,50%
II - atenção oncológica;	S	3,00%	S	1,50%
III - atenção às urgências e emergências;	S	4,50%	S	1,50%
IV - atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas	S	4,50%	N	0,00%
V - hospitais de ensino.	S	6,0%	S	1,50%
<b>Total</b>		<b>6,0%</b>		<b>6,0%</b>
<b>Atendimento SUS</b>				
Nro. Pacientes/Dia SUS		70,21%		66,75%
Atendimento Ambulatoriais SUS		10,00%		10,00%
Atenção		6,00%		6,00%
<b>Total % Atendimento SUS</b>		<b>86,21%</b>		<b>82,75%</b>

## NOTA 15 – COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, em valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

## NOTA 16 – SUBVENÇÕES

No ano de 2022 a Entidade recebeu recursos.

DESCRIÇÃO	2022
Convênio 014/2022 – Estadual – Custeio	463.295,49
Convênio 184/2022 – Estadual – Equipamentos (a)	328.020,29
Convênio 255/2022 – Estadual – Custeio	999.986,87
Convênio 922626/2021 – Federal - Equipamentos	1.131.270,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.922.572,65</b>

- a) Termo de convênio 184/2022, a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, colaborou na aquisição dos equipamentos com uma contrapartida de R\$ 16.401,01, totalizando o convênio com o valor de R\$ 328.020,29.

## NOTA 17 – RESSARCIMENTO SUS

O ressarcimento ao SUS no montante de R\$975.037,54, que vem sendo cobrado da operadora refere-se a atendimento aos usuários da operadora em rede hospitalar e UPA's, informações essas extraídas do site da Agência Nacional da Saúde ANS. Esses atendimentos quando cobrados indevidamente pela Agência Nacional da Saúde são recursados aguardando decisão da mesma, e quando realmente devidos esses atendimentos os avisos de cobranças são pagos. Estão compostos como segue:

	2022	2021
<b>Ressarcimento ao SUS - GRU</b>	12.944,79	47.650,81
<b>Ressarcimento ao SUS – (% hc X ABI)</b>	192.231,59	325.522,77
<b>Ressarcimento ao SUS Parcelado Curto Prazo</b>	221.781,98	106.197,72
<b>Total Curto Prazo</b>	<b>426.958,36</b>	<b>479.371,30</b>
<b>Ressarcimento ao SUS Parcelado Longo Prazo</b>	548.079,18	372.525,14
<b>Total Curto + Longo Prazo</b>	<b>975.037,54</b>	<b>851.896,44</b>

## NOTA 18 – DA INCORPORAÇÃO DO RESULTADO

A Entidade incorporou o resultado de 2021 no valor de R\$515.205,02. Sendo o resultado de 2021 de superávit R\$ 5.550.412,32 e déficit acumulado de exercícios anteriores de (R\$5.035.204,30) resultando em um Patrimônio Social de R\$3.416.165,42.

GESSI JAME MOREIRA  
PROVEDOR  
CPF 059.649.709-15

CLAUDINÉIA LOPES DA SILVA  
CO-CRC-PR 53.549/O  
CPF 004.907.959-00

# PARECER DO CONSELHO FISCAL

1.O Conselho Fiscal, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Parecer da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

3.Ainda, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal recomenda a incorporação do déficit do exercício ao Patrimônio Social, conforme prevê o Art. 45 do Estatuto Social.

Ponta Grossa, 14 de fevereiro de 2023.

LUDMILO SENE

GILSON RENATO WIECHETECK



# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da  
Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa  
Ponta Grossa - PR

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Declaramos que não existem assuntos a serem reportados como principais assuntos de auditoria.

## Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós examinadas, conforme parecer, com ressalva, emitido em 21/01/2022.

## Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cuja apresentação não é requerida pela legislação brasileira para as entidades sem fins lucrativos. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2023.

**SCHIMITT AUDITORES SS**  
**KELLY CRISTINA LOPES SCHIMITT**  
**CRCRS-2.589 CRCRS 042677/O-1**



 [facebook.com/SantaCasadePontaGrossa](https://facebook.com/SantaCasadePontaGrossa)  [@santacasapg](https://instagram.com/santacasapg)  
 [www.santacasapg.com](http://www.santacasapg.com)  Santa Casa de Ponta Grossa  42 3026.8000  
 Av. Dr. Francisco Búrzio, 774, Centro - Ponta Grossa - PR - CEP 84010-200